

PR-DF-00028980/2025



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
22º OFÍCIO - PR/DF**

Despacho nº 10783/2025-AHCL/GAB-PR/DF

1. Tramita neste Ofício o Inquérito Civil nº 1.16.000.001014/2021-68, instaurado para apurar possíveis irregularidades na concessão de créditos consignados e respectivos descontos em benefícios previdenciários sem autorização nos últimos anos.

No curso da instrução daquele feito, identificou-se que bancos e correspondentes bancários estariam concedendo créditos consignados a beneficiários do INSS, sem a correspondente solicitação, os quais seriam objeto de descontos não autorizados em seus benefícios previdenciários.

A fim de evitar as fraudes, o INSS adotou diversas camadas de segurança desde a solicitação do crédito consignado pelo beneficiário ao banco ou correspondente bancário até o efetivo desconto no benefício. Não obstante, a implementação de outras camadas de segurança também foram recomendadas à autarquia previdenciária pelo MPF naqueles autos.

Entre os bancos concedentes dos créditos consignados obtidos de forma fraudulenta, tem-se, em destaque, o Banco Master S.A. Além dos elementos constantes no referido inquérito civil, chama-nos a atenção que a imprensa tornou público (ver matéria jornalística anexa, datada de 19/02/2025) que o Banco Master S.A. obteve o recorde de R\$300 milhões em empréstimos consignados, havendo as notícias de concessões não autorizadas, estando seu patamar de concessão de empréstimos consignados fora da curva normal de mercado.

Outrossim, recentemente, em sessão na Câmara de Deputados, o Deputado Federal Capitão Alden, trouxe ao conhecimento público possíveis fraudes associadas ao Credcesta, operado pelo Banco Master S.A. De acordo com o parlamentar, o Credcesta é um cartão de benefício consignado exclusivo para atender servidores públicos, aposentados e pensionistas, por meio do qual estão sendo concedidos créditos não solicitados e descontados,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
22º OFÍCIO - PR/DF

OFÍCIO Nº 2356/2025-AHCL

Brasília, 04/04/2025

A Sua Excelência o Senhor,
ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 - Bloco O - 10º andar
CEP 70070-946 - Brasília / DF - pres@inss.gov.br

Assunto: Notícia de Fato nº 1.16.000.001168/2025-83

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informo que tramita nesta Procuradoria da República no Distrito Federal, a Notícia de Fato nº 1.16.000.001168/2025-83, autuada para apurar possíveis fraudes na concessão de créditos consignados pelo Banco Master S.A.

2. Sendo assim, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, ao tempo que encaminho, para conhecimento, cópia do Despacho nº 10783/2025 GABPR4-AHCL -PR-DF-00028980/2025, solicito que realizem um levantamento acerca de possíveis fraudes na concessão de créditos consignados envolvendo o Banco Master S.A (antigo Banco Máxima), nos últimos 8 anos, bem como informe eventuais providências adotadas a respeito em relação à referida instituição financeira.

3. Peço que a resposta seja encaminhada, no **prazo de 15 (quinze) dias**, em formato eletrônico para o link <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos> fazendo referência ao número deste Ofício e ao procedimento em epígrafe.

Atenciosamente,

ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES
PROCURADOR DA REPÚBLICA

SGAS 604, L2 Sul, Lote 23, Sala 113 Brasília/DF CEP: 70.200-640
E-mail: prdf-22oficio@mpf.mp.br | Telefone: (61) 3313-5494

sem autorização, dos contracheques dos servidores. Tratar-se-ia de mais uma fraude na concessão de crédito consignado, em prejuízo, desta vez, de servidores públicos. É o que consta do documento anexo.

Também importa registrar que ex-gestores do Banco Master S.A (antigo Banco Máxima), em 2021, foram denunciados pelo Ministério Público Federal, em São Paulo, pela suposta prática de crimes financeiros, consistentes na gestão fraudulenta da instituição financeira, além de prestar informações falsas ao Banco Central e divulgar dados inverídicos em demonstrativo financeiro, entre os anos de 2014 e 2016 (autos 5003557-34.2021.4.03.6181).

Ainda, o Banco Master S.A foi acusado perante a Comissão de Valores Imobiliários de manipular de preços em negócios, em 2020, o que ensejou a proposta de celebração de Termo de Compromisso *"com assunção de obrigação pecuniária, em parcela única, junto à CVM, nos valores de R\$ 2.208.000,00 (dois milhões e duzentos e oito mil reais) para o MÁXIMA e de R\$ 736.000,00 (setecentos e trinta e seis mil reais) para ANGELO RIBEIRO, (...) - PA CVM 19957.010180/2022-81.*

A mesma instituição financeira também foi acusada pela realização de operações fraudulentas no mercado de capitais, tendo o Colegiado da CVM rejeitado a proposta de Termo de Compromisso apresentada pelo Banco Masta S.A. - PA CVM 19957.007976/2020-94.

Todos esses fatos narrados acima colocam em cheque a credibilidade da instituição financeira em questão e impõe a apuração de possíveis fraudes na concessão de créditos consignados, agora especificamente pelo Banco Master S.A.

2. Sendo assim, autue-se este despacho e os documentos anexos como Notícia de Fato, que deverá ser distribuída a este Ofício por prevenção ao IC nº 1.16.000.001014/2021-68.

Desde já, determino a expedição de ofícios à Diretoria de Fiscalização do Banco Central do Brasil (Difis/BCB) e ao INSS, **com cópia do presente despacho**, a fim de que realizem um levantamento acerca de fraudes na concessão de créditos consignados envolvendo o Banco Master S.A (antigo Banco Máxima), nos últimos 8 anos, bem como que informem eventuais providência adotadas a respeito em relação à referida instituição financeira.

Remeta-se cópia deste despacho também ao 13º Ofício desta Procuradoria da República no Distrito Federal, titularizado pelo Dr. Paulo Roberto Galvão de Carvalho, bem como à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, titularizada pelo Dr. Eduardo Gazzinelli Veloso, e ao Coordenador Criminal da Procuradoria da República no Distrito Federal, Dr. Carlos Henrique Martins Lima.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Assinado com login e senha por ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES, em 03/04/2025 13:46. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 12952065.58932605.fcc0ccda.48b26dad

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES
SGAS 604 604
ASA SUL
70200-640 BRASÍLIA - DF

PARA USO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Não Existe o Nº Indicado	<input type="checkbox"/> Informações Escritas pelo Porteiro ou Síndico	Reintegrado ao Serviço Postal em: / /
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Falecido	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Ausente		Responsável
<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> Não Procurado		

MPF

Ministério Público Federal

AR
Digital

e-Carta

9912393468/2016-SE/BSB/SPM

MPF

 **Correios**

YQ653535975BR



INSS/DF - PRESIDENCIA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/DF -

ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO

SAUS QUADRA 2 BLOCO O INSS - SAUS, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul

ASA SUL

70070-946 BRASÍLIA - DF

Data de postagem: 10/04/2025

025-CTC JAGUARE SPM BSB - DIVERSOS

ATENÇÃO: Após a 3ª tentativa, deixar em posta restante.

CDIP/SPM

00000037

